PC DO B, CHINA E MAOISMO
CONTINUIDADE E RUPTURA

Luiz Eduardo Motta [1]

Resumo

O PC do B, oriundo do PCB e aliado da URSS, foi a primeira organização brasileira a se aliar à China — depois da ruptura sino-soviética — e a ter como uma das suas principais referências políticas e teóricas o pensamento de Mao Tsé-tung. Contudo, essa relação nem sempre foi harmoniosa e coerente. Com as mudanças operadas na China depois do falecimento de Mao Tsé-tung em 1976, o PCdoB começou a dar uma guinada em relação às posições da China a partir da publicação da teoria dos três mundos em novembro de 1977, no jornal *Renmin Ribao*. O efeito disso não foi apenas o afastamento do PCdoB das posições adotadas pelo PCCh, mas também o rompimento com o pensamento de Mao Tsé-tung, por responsabilizá-lo por tal teoria adotada pelo PCCh. No entanto, com a crise do chamado "socialismo real" entre 1989 e 1990, o PCdoB mudou de posição e retomou o contato com o PCCh, e, além de ter a China atualmente como a sua principal referência externa, retomou a obra de Mao Tsé-tung sem a rejeição que a marcou na década de 1980.

[1]Professor associado de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Este trabalho, apresentado no "Congresso Internacional Historia Global del Maoísmo en América Latina y el Caribe", em Bogotá (Colômbia), 2022, é dedicado à memória do saudoso Augusto Buonicore.

Palavras-chave
PCdoB. Maoísmo. PCCh. João Amazonas.

Abstract

The Communist Party of Brazil (PCdoB), originating from the Communist Brazilian Communist Party (PCB) and allied with the USSR, was the first Brazilian organization to ally itself with China — after the Sino-Soviet rupture — and to have Mao Zedong's thought as one of its main political and theoretical references. However, this relationship was not always harmonious and coherent. With the changes made in China after the death of Mao Zedong in 1976, the PCdoB began to take a turn in relation to China's positions from the publication in November 1977 in the *Renmin Ribao* newspaper of the three worlds theory. The effect of this was not only to move the PCdoB away from the positions adopted by the CCP, but also to break with Mao Zedong's thinking by holding him responsible for such a theory adopted by the CCP. However, with the crisis of the so-called "real socialism" in 1989/90, the PCdoB changed its position and resumed contact with the PCCh, and in addition to having China currently as its main external reference, Mao Zedong's work returned to be resumed and without the rejection that marked the 1980s.

Keywords
Communist Party of Brazil (PCdoB). Maoism. Communist Party of China. João Amazonas.

1. Introdução

O PCdoB (Partido Comunista do Brasil), desde a década de 1960, tem sido a principal organização da esquerda brasileira a estreitar laços com o PCCh (Partido Comunista da China). Contudo, essa relação não foi linear, mas sim marcada por sobressaltos, alianças e rupturas ao longo desse processo. Se, nas décadas de 1960 e 1970, essa ligação era bastante próxima, o mesmo não ocorreu na década de 1980. Já na década de 1990, marcada pelo declínio das formações sociais socialistas, esses dois partidos, que estavam distantes e até se mostravam

antagônicos, reataram os seus laços de amizade e de identidade política, e assim tem permanecido desde então. Este artigo visa analisar essa relação complexa, e para isso o dividirei nos seguintes tópicos, para a compreensão dessa problemática: inicialmente vou tratar da reorganização do PCdoB, em 1962, e da incorporação do maoismo ao seu programa a partir da cisão sino-soviética; em seguida, abordarei a ruptura do PCdoB com a China e com o maoismo, cujo marco se dá em 1978, com a emergência da "teoria dos três mundos", e, por fim, o reatamento do PCdoB com o PCCh, que teve como marco histórico o 8º Congresso do PCdoB, em 1992. A tese que eu defendo neste trabalho é a de que o PCdoB teve como primado na sua estratégia de reorganização a busca do alinhamento com o PCCh nos anos 1960 e, de forma secundária, a incorporação do maoismo, e a partir da sua ruptura com o PCCh, no final dos anos 1970, veio a rejeitar a influência do pensamento de Mao Tsé-tung na sua linha de pensamento, mas, com o reatamento com o PCCh nos anos 1990, o PCdoB incorporou as mudanças operadas pelo PCCh sob a liderança de Deng Xiaoping e reabilitou o pensamento de Mao Tsé-tung a partir da ótica dominante no PCCh.

2. A reorganização do PCdoB em 1962 e a aproximação com o PCCh e com o maoismo

O PCdoB (Partido Comunista do Brasil)[2] surgiu no ano de 1962 no interior do PCB (Partido Comunista Brasileiro) como consequência da luta interna que vinha se travando nesse partido desde o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), no qual Kruschev rompeu com o legado de Stálin, e, sobretudo, desde 1958, quando o PCB (ainda denominado de Partido Comunista do Brasil) reformulou a sua estratégia política a partir da "Declaração de março de 1958", em que abdicou da via revolucionária e passou a defender a via pacífica para o socialismo. Com essa mudança de norte do PCB, começou a se formar no seu interior uma intensa oposição exercida pelo grupo dirigente que acabou sendo preterido durante esse processo, ao serem afastados do Comitê Central e da Comissão Executiva do PCB nomes como João Amazonas, Maurício Grabois e Diogénes Arruda Câmara. Esses afastamentos foram necessários

[2]Os dados históricos do PCdoB foram obtidos nas seguintes referências bibliográficas: PCdoB (1975); Pomar, W. (1980); Levy (1980b); Lima e Arantes (1984); Gorender (1987); Ruy (2010); Buonicore (2010; 2012); Sales (2020); Silva (s.d.).

"para que Prestes conseguisse uma tranquila maioria. Isso lhe permitiu aprovar suas teses e mudar o rumo político do partido." (BUONICORE, 2010, p. 93)

A insurgência contra a "Declaração de março de 1958" foi explicitada num texto de Maurício Grabois publicado em 1960, cujo título demarca essa divergência: "Duas concepções, duas orientações políticas". Esse texto explicitou os elementos que estariam presentes na formação programática do PCdoB a partir de 1962, em seu combate ao "revisionismo" e à via pacífica adotada pelo PCB. De acordo com Grabois:

> A "Declaração de março de 1958" não exprime uma política justa. Não corresponde aos interesses da classe do proletariado. No essencial, tal documento defende uma linha oportunista de direita. [...] Toda a orientação estratégica e a linha tática expostas na declaração têm em vista quase que exclusivamente os interesses da burguesia, conduzem ao fortalecimento de suas posições políticas, em prejuízo das demais forças revolucionárias. [...] A "Declaração de março de 1958" é, assim, um documento que encara os problemas da revolução brasileira do ponto de vista da burguesia, conduz à negação da luta revolucionária, à adaptação ao capitalismo e ao evolucionismo sob o disfarce de caminho pacífico (GRABOIS, 2000, p. 13-17).

Nesse período, entre 1960 e 1962, o cenário político apresentou os seguintes fatos: a vitória da Revolução Cubana em 1959 e o seu impacto na esquerda latino-americana, o início da cisão sino-soviética e o crescimento da influência do PCB em diversas esferas na sociedade brasileira e da sua articulação com o governo trabalhista de João Goulart. O PCB se encontrava na clandestinidade desde 1948, com o acirramento da Guerra Fria, o que resultou na cassação dos mandatos dos deputados constituintes de 1946, inclusive João Amazonas e Maurício Grabois, além de Carlos Marighella, Jorge Amado e Luiz Carlos Prestes, que fora eleito senador. Contudo, em agosto de 1961, na Conferência Nacional, o PCB alterou o nome para Partido Comunista Brasileiro visando à legalização do partido no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), além de modificar seu estatuto, que passou a excluir a orientação do marxismo-leninismo no PCB.

Isso levou a uma reação da oposição interna liderada por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, e foi escrita uma carta-manifesto intitula-

da "Em defesa do partido" (também conhecida como "Carta dos 100") em agosto de 1961. Numa passagem, a oposição afirmava que "os princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário constituem a base que assegura a unidade partidária. São o traço de união que liga os comunistas de cada país e do mundo inteiro" (PCdoB, 2000, p. 27). A consequência foi a expulsão do grupo oposicionista — que era minoritário no PCB —, acusado de ter se tornado uma "fração" interna no partido. A consequência dessa briga interna e da expulsão da oposição foi a recriação do Partido Comunista do Brasil (agora com uma nova sigla, PCdoB), na 5ª Conferência Extraordinária, em 18 fevereiro de 1962. Além de Amazonas, Grabois e Pomar, participaram da reorganização outros militantes históricos do PCB, como Lincoln Oest, Carlos Danielli, Elza Monnerat, Angelo Arroio, Calil Chade, José Duarte, Otto Alcides Ohlweiler, Carlos Magalhães e Clóvis Moura, entre outros. Além de retomar o nome original do partido, o PCdoB relançou o jornal *A Classe Operária*, lançado em 1925 e fechado em 1949 durante o cerco que o governo do general Dutra (1946-1951) fez ao PCB.

Distintamente dos partidos comunistas que aderiram ao maoismo e se apresentavam como novos partidos em oposição aos partidos comunistas classificados de revisionistas ou reformistas, o PCdoB sempre se declarou como o partido originário de 1922, em oposição ao PCB, este sim acusado de ser um novo partido. O argumento de defesa do PCdoB sobre essa questão consistia no fato de que, além de contar com militantes antigos, de mais de duas décadas, em cargos de direção no antigo PCB, o núcleo central formado por Amazonas, Grabois, Pomar e Arruda (que se incorporaria ao PCdoB em 1964) foi responsável pela reorganização do PCB em 1943, na Conferência da Mantiqueira, durante a vigência do Estado Novo de Getúlio Vargas, quando o PCB se encontrava esfacelado pela repressão desencadeada pelo governo Vargas em 1935, como resposta ao levante promovido pela ANL (Aliança Nacional Libertadora), que congregava a oposição antifascista e que tinha como sua principal organização interna o PCB. Com o fechamento da ANL, seguido da derrota do levante, e com a prisão de Prestes e de diversos militantes, o PCB estava aparentemente extinto. Depois da fuga de Amazonas e Pomar do presídio situado no estado do Pará, o PCB foi reorganizado, contando também, além dos nomes supracitados, com a participação de Mário Alves (que viria a fundar o PCBR, outra dissidência do PCB nos anos 1960). Luiz Carlos Prestes foi escolhido para o cargo de secretário-geral do PCB e viria a ser libertado no ano de 1945. E é na virada da década de 1940 para a de 1950 que o grupo de Prestes (em sua maioria, oriundo da ala esquer-

da do movimento tenentista, liderada por Prestes na década de 1920) se tornou hegemônico no PCB. Assim sendo, pelo legado histórico de seus militantes, pela permanência do nome e do estatuto originais e pelo relançamento do jornal original, o PCdoB disputava com o PCB a condição de partido originário, de 1922, uma problemática que não estava presente nos partidos (pelo menos não na maioria deles) que se cindiram dos partidos comunistas que seguiam a linha adotada pelo PCUS após o XX Congresso.

Inicialmente, o PCdoB buscou o mais amplo contato possível em nível internacional, não se restringindo à China. Por sinal, esta é uma afirmação equivocada sobre a origem do PCdoB: de que a ruptura de 1962 teria sido motivada pelo conflito sino-soviético, e de que sua adesão imediata ao maoismo o classificaria como um partido comunista de "linha chinesa". Como observa José Carlos Ruy sobre essa questão:

> Essa foi a opinião da corrente que, no começo dos anos 1960, era hegemônica na esquerda, gravitando em torno do PCB, dirigido por Prestes, e isso explica sua difusão e a desconsideração histórica. Ela não leva em conta a relevância da intensa luta política e social das décadas de 1950 e 1960 e suas decorrências organizativas (RUY, 2010, p. 96)[3].

O fato é que o PCdoB buscou a aproximação com a URSS, com Cuba e com a China no ano de 1962. A sua ruptura com o PCUS só veio em julho de 1963, no texto "Resposta a Kruschev", quando respondeu à "Carta aberta do CC do PCUS às organizações do partido, a todos os comunistas da URSS", que acusa o PCCh de organizar e apoiar grupos de oposição aos CCs dos partidos alinhados à URSS e cita explicitamente João Amazonas e Maurício Grabois e a expulsão destes do PCB (PCCh, 2003, p. 530). A partir desse ponto, o PCdoB começou a se firmar como um partido de linha chinesa, e incorporou o maoismo como diretriz teórica e política nos anos seguintes. Em relação a Cuba, o afastamento se deu a partir da crítica de Fidel Castro à China durante a Conferência Tricontinental, em 1966, realizada em Havana. O PCdoB respondeu diretamente a Fidel, ainda em tom amigável, no texto "O marxismo-leninismo triunfará na América

[3]Posição convergente para a de José Carlos Ruy é a de Sales (2020, p. 134), em seu amplo estudo sobre o PCdoB.

Latina", em março de 1966. A partir daí, o PCdoB se afastou de Cuba e deu início a uma sequência de críticas ao modelo "foquista" da guerra de guerrilhas, em defesa da guerra popular prolongada.

A influência de Mao Tsé-tung e da Revolução Chinesa no PCdoB ficará evidente na sucessão de textos escritos pelo CC entre 1966 e meados dos anos 1970. Destacam-se nesse conjunto de textos "União dos brasileiros para livrar o país da crise da ditadura e da ameaça neocolonialista" (junho de 1966), "Apoiar decididamente a Grande Revolução Cultural Proletária" (abril de 1967), "O Partido Comunista do Brasil na luta contra a ditadura militar" (novembro de 1967), "Preparar o partido para as grandes lutas" (maio de 1968), "Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina" (maio de 1968) e "Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil" (janeiro de 1969)[4].

O maoismo[5] encontrou uma ampla recepção no Brasil nesse contexto, e não se restringiu ao PCdoB, não obstante esta ser a organização revolucionária reconhecida como "irmã" pelo PCCh. O maoismo foi a linha política revolucionária que mais disputou influência nas organizações revolucionárias com o guevarismo, o que levou inclusive a uma cisão interna na AP (Ação Popular), de origem cristã e com forte penetração no movimento estudantil entre 1962 e 1964, que depois do golpe de Estado foi se encaminhando a passos largos em direção ao marxismo, e sobretudo ao maoismo, em 1968, quando a corrente favorável ao modelo cubano saiu da organização e fundou o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores)[6].

Marcelo Ridenti faz uma distinção entre o "maoismo amplo" e o "maoismo restrito". A partir de uma entrevista com o ex-dirigente da AP Duarte Pereira, Ridenti considera que seriam caracterizados como maoismo amplo os movimentos fortemente apoiados pelo pensamento de Mao Tsé-tung e pela experiência da Revolução Chinesa, enquanto o maoismo restrito estaria representado pelos mo-

[4]Sobre a influência de Mao Tsé-tung e da Revolução Chinesa no PCdoB, veja: Levy (1980b); Reis (2007); Ridenti (2007); Sales (2020); e Silva (s.d.).

5 O maoismo certamente extrapola os limites do PCCh. O PCCh usa a o termo *Pensamento de Mao Tsé-tung* até os dias atuais — e não *maoismo* — como uma de suas principais diretrizes, e não necessariamente segue ortodoxamente os escritos de Mao Tsé-tung. Já o maoismo foi incorporado no programa de diversas organizações não próximas ao PCCh nem convergentes para as suas posições políticas externas e internas. Nesse caso, essas organizações incorporaram as contribuições políticas e filosóficas de Mao Tsé-tung e as reconhecem como a terceira etapa, que teria superado as de Lênin.

[6]*Vide* o capítulo 1 da pesquisa sobre a AP, de Dias (2017), e também o capítulo 16 da obra de Gorender (1987).

vimentos alinhados à interpretação de que a história entrara numa fase distinta da época do imperialismo, uma terceira etapa na teoria da revolução proletária, que exigiria um partido de tipo novo, marxista-leninista-maoista (RIDENTI, 2007, p. 294). Com efeito, o PCdoB, em seus documentos, nunca admitiu essa terceira etapa, e se restringiu à segunda etapa de Lênin. Isso fica evidente no texto "A atualidade das ideias de Lênin", escrito por Amazonas e Grabois em 1970, não obstante restringir a contribuição de Mao Tsé-tung aos novos problemas da "doutrina proletária" (AMAZONAS; GRABOIS, 2000, p. 145).

A exemplo da AP (que posteriormente se denominará AP-ML), os rachas internos do PCdoB foram não somente motivados pelo maoismo, mas também em relação aos aspectos táticos e estratégicos. Desses rachas surgiram o PCR (Partido Comunista Revolucionário, restrito à região Nordeste do Brasil), em 1966, e a Ala Vermelha do PCdoB (1966-1967), que romperam com o PCdoB por este não ter entrado imediatamente na luta armada, visto que os documentos afirmavam a sua necessidade. O fato é que o PCdoB omitia da maioria de sua militância, inclusive de membros do CC, que já estava desenvolvendo bases no sul do Pará do que viria a ser a guerrilha do Araguaia (1972-1974). O descontentamento dessa militância resultou na formação dessas duas organizações. O PCR afirmava que a revolução no Brasil teria como ponto de partida a região Nordeste, enquanto a Ala Vermelha defendia uma mescla entre guerra popular e guerrilha "foquista". O PCR não desenvolveu a guerrilha no Nordeste e sofreu uma forte repressão em 1969, que praticamente desbaratou o partido, enquanto a Ala Vermelha acabou se restringindo à guerrilha urbana. Tal qual o PCR, houve um duro cerco à Ala Vermelha em 1969, o que deixou essa organização demasiadamente enfraquecida, e acabou por restringi-la, no início dos anos 1970, às atividades políticas de massa.

O maoismo, com efeito, deu base de sustentação às posições políticas defendidas pelo PCdoB nos anos 1960: primeiramente, a defesa da luta armada por meio da guerra popular prolongada, com o primado do campo sobre a cidade, e o papel destacado dos camponeses na constituição do exército popular; em segundo lugar, a noção de revolução por etapas, com característica de libertação nacional e anti-imperialista na sua fase inicial; em terceiro, a formação de uma frente nacional em que a burguesia nacional seria incluída; em quarto, a visão de que a China seria a referência principal da luta antirrevisionista liderada pela URSS enquanto potência social-imperialista, cuja referência local era o PCB, em sua defesa da via pacífica no confronto com a ditadura e na construção do so-

cialismo; em sexto, a manutenção do legado de Stálin no marxismo-leninismo depois de sua estigmatização pelo XX Congresso do PCUS.

Ao diferenciar as incorporações do maoismo pelo PCdoB e pela AP, Ridenti observa:

> A aproximação do PCdoB com o maoismo veio de uma identidade histórica comum, ancorada no marxismo-leninismo-stalinismo, ao passo que a prevalência do maoismo na AP ligou-se essencialmente: primeiro, ao embate entre os adeptos do exemplo cubano de revolução e os defensores da guerra popular prolongada; depois, à afinidade dessa organização com a revolução cultural proletária (RIDENTI, 2007, p. 266).

Sales (2020, p. 152) também tem um argumento semelhante ao de Ridenti com relação a não ter havido uma influência da Revolução Cultural no PCdoB, mas sim do XX Congresso do PCUS e o bloco de quatro classes (a frente popular).

No entanto, é necessário demarcar diferenças organizacionais do PCdoB em relação à AP: o PCdoB foi constituído por militantes veteranos que já vinham atuando politicamente desde os anos 1930, além de terem ocupado cargos de relevância no PCB, enquanto a AP era formada por jovens militantes que iniciaram a sua prática política no início dos anos 1960. Se a Revolução Cultural Chinesa teve maior impacto no conjunto da militância da AP do que no PCdoB, e, de acordo com os estudiosos dessa organização (RIDENTI 2007; DIAS, 2017), esse foi um dos elementos fundamentais para sua identificação com o maoismo, o PCdoB, antes da edificação da Revolução Cultural Chinesa, já tinha se aliado ao PCCh e incorporado o maoismo como sua principal referência do marxismo no pós-Segunda Guerra[7]. Entretanto, o PCdoB não refutou apoiar a Revolução Cultural Chinesa, como demonstrou em dois textos: "Apoiar decididamente a Grande Revolução Cultural Proletária" (abril de 1967) e, de autoria de Pedro Pomar e publicado n'*A Classe Operária* (1968), "Grandes êxitos da Revolução Cultural". O texto de 1967 faz uma defesa das medidas tomadas pela Revolução Cultural ao se opor às diretrizes de cunho economicista (com ênfase nas forças

[7]Em "O marxismo-leninismo triunfará na América Latina" (1966), o PCdoB afirmava peremptoriamente que Mao Tsé-tung era "o maior marxista-leninista de nossos tempos, admirado e acatado em todo o mundo" (PCdoB, 1974a, p. 98).

produtivas) da ala direita (ou a linha "burguesa reacionária") do PCCh, apoiando-se nas massas e estimulando suas iniciativas no plano político e ideológico. Além disso, o texto destaca a importância, nessa luta de massas, das Guardas Vermelhas e do Exército Popular de Libertação, como veículos das massas no confronto com as posições burguesas presentes no PCCh, e da nova forma de democracia popular materializada na ditadura do proletariado na China. Como afirma esse documento do PCdoB,

> a Revolução Cultural é o maior movimento revolucionário de massas já ocorrido em todo o mundo. É a mais cabal confirmação da tese marxista sobre o papel das massas na história, criadoramente desenvolvida por Mao Tsé-tung. O povo é o principal personagem da Revolução Cultural Proletária. São as massas, inspiradas nas grandes ideias de Mao Tsé-tung, que levam a efeito as profundas transformações que se operam na maior nação asiática (PCdoB, 1974a, p. 178).

O texto de Pomar escrito em 1968 reafirma as posições do texto de 1967 ao exaltar a tríplice aliança entre o PCCh, as Guardas Vermelhas e o Exército Popular de Libertação na condução da ditadura do proletariado, por alargar a participação das massas no confronto com a burocracia do partido. Como ele mesmo diz, "a tríplice aliança, como nova forma da ditadura do proletariado na China, representa uma conquista de enorme significação internacional" (POMAR, P., 1980, p. 165). Pomar destaca o combate de Mao à teoria "oportunista" das forças produtivas, que defendia o primado das relações sociais de produção para a transformação do conjunto da sociedade chinesa (POMAR, P., 1980, p. 157-159), além de reconhecer que "a Revolução Cultural Proletária veio a demonstrar a importância histórico-mundial do pensamento de Mao Tsé-tung, como o marxismo-leninismo de nosso tempo" (POMAR, P., 1980, p. 167).

Assim sendo, embora a Revolução Cultural Chinesa não tenha, obviamente, influenciado o PCdoB no seu nascedouro, ao contrário do que ocorreu com a AP, não podemos deixar de reconhecer o impacto que a Revolução Cultural gerou no seio do PCdoB, em seus principais dirigentes e militantes, mediante a ardorosa defesa, nesse contexto, de lutas internas e de mudanças que ocorriam na China.

Para além da defesa da Revolução Cultural, o PCdoB em 1968 começou a intensificar em seus documentos a defesa da estratégia da guerra popular prolon-

gada, que teve como referência para sua legitimação os ensinamentos militares de Mao Tsé-tung. Em "Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina", publicado n'*A Classe Operária* em 22 de maio de 1968, destaca-se o mérito de Mao Tsé-tung e a universalidade de seu pensamento sobre essa questão:

> a posição revolucionária da China e a difusão do pensamento de Mao Tsé-tung têm atraído grandes massas para o caminho da luta, da guerra popular. O desmascaramento do revisionismo contemporâneo, no plano mundial e em cada país, serve também para despertar os povos para a necessidade da revolução (PCdoB, 1974b, p. 111).

O texto mais abrangente e sistemático do PCdoB em defesa da luta armada foi "Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil", de janeiro de 1969. Nele estão presentes todos os ensinamentos militares de Mao adaptados para a realidade brasileira, dando primado à constituição da guerra popular prolongada no interior do Brasil, mas sem deixar de lado a resistência urbana, por meio do trabalho com as massas. Como o documento diz, "o interior é o campo propício à guerra popular. Aí existe uma população que vive no abandono, na ignorância e na miséria. [...] O interior é o elo mais débil da dominação das forças reacionárias no país." (PCdoB, 1974b, p. 125) O texto desfere uma contundente crítica ao "foquismo", a sua experiência malograda nos anos iniciais da ditadura brasileira e a seu caráter militar em detrimento do político, que, para o PCdoB, era o aspecto determinante:

> Essa teoria pequeno-burguesa [o "foquismo"] tem se revelado na prática inteiramente falsa. [...] No Brasil surgiram duas tentativas de luta armada baseadas na teoria do "foco": a do coronel Jefferson Cardim, no Rio Grande do Sul, e a de um grupo de ex-militares e civis, na Serra do Caparaó. Ambas tiveram efêmera duração. A primeira durou alguns dias e foi derrotada. A outra não chegou mesmo a concretizar-se. Há ainda no país grupos políticos que defendem o "foquismo". [...] A teoria do "foco" conduz à renúncia ao trabalho entre as massas e não confia na capacidade destas de assimilar as ideias revolucionárias e de lançar-se à luta. Por isso, a guerrilha baseada no "foco" é alheia às massas

> e dedica-se quase exclusivamente às ações armadas. O "foquismo" é uma concepção puramente militar da revolução (PCdoB, 1974b, p. 138).

Nesse documento, o PCdoB afirma que a defesa do caminho da luta armada não veio de modo súbito, mas depois de uma longa reflexão que se iniciou na ruptura com a linha pacífica adotada pelo PCB. Assim, indica que a questão camponesa era o problema-chave da revolução; que o imperialismo estadunidense era o principal inimigo; que a frente única nacional e democrática adquirira um caráter bastante amplo e que a direção do movimento democrático e anti-imperialista tinha de estar nas mãos do proletariado. E afirma que "o partido formula, de maneira mais completa, sua concepção sobre o caminho da luta armada no Brasil. O estudo das obras de Mao Tsé-tung sobre a guerra revolucionária serviu de guia na elaboração desse caminho." (PCdoB, 1974b, p. 156) E para isso seria necessário "intensificar o envio de militantes para as áreas rurais", pois "é imperativo para o partido, que tem em vista a preparação e o desencadeamento da guerra popular" (PCdoB, 1974b, p.157). Esse trabalho no interior do Brasil seria articulado com o trabalho político urbano. Segundo o texto, "o aumento das fileiras comunistas nas cidades também é indispensável. Quanto mais forte for o partido nas cidades, maior será a sua capacidade de mobilização das massas e maior o número de quadros que terá a sua disposição para realizar o trabalho revolucionário nas zonas urbanas e rurais" (PCdoB, 1974b, p. 158). O maoismo justificou e legitimou teoricamente e politicamente a posição do PCdoB diante das teses "foquistas" de Guevara e Debray, por dar ao partido o primado sobre a direção militar. Se a guerra é a continuação da política, como já asseverava Clausewitz, o maoismo, no campo do marxismo, representou mais do que qualquer outra corrente essa máxima. Se o poder político nasce do fuzil, Mao afirmava em "Problemas da guerra e da estratégia", de 1938, é porque "o partido comanda o fuzil, e jamais permitiremos que o fuzil comande o partido" (MAO, 2011, p. 367)[8].

[8] Em "Sobre a guerra prolongada", de 1938, Mao associa precisamente essa relação da política com a guerra: "Quando a política se desenvolve até uma certa etapa para além da qual já não pode prosseguir segundo os meios habituais, a guerra estala para remover da estrada política os obstáculos. [...] Quando os obstáculos são removidos e o objetivo político, atingido, a guerra termina. [...] Pode portanto dizer-se que a política é guerra sem derramamento de sangue, e a guerra, a política sangrenta" (MAO, 2011b, p. 242-243).

No final dos anos 1960, o PCdoB se firmou como a organização legítima para adotar a linha política e teórica do PCCh, o que não ocorreu com as organizações oriundas dele, como o PCR e a Ala Vermelha do PCdoB. No caso da AP, houve outro significado, já que o PCCh, enquanto via o PCdoB como um partido "irmão", reconhecia a AP não como um partido comunista, mas sim uma organização anti-imperialista. Contudo, o PCCh procurou facilitar o entendimento entre as duas organizações, e em 1969 tiveram início contatos oficiais entre as direções nacionais e se estreitou a colaboração mútua (GORENDER, 1987, p. 116). As duas organizações já vinham estabelecendo uma relação de aliança no campo da política estudantil, e, com a incorporação do maoismo na AP em 1968, a identidade entre as duas organizações se estreitou. Contudo, havia alguns impasses: o primeiro era se o PCdoB representaria um novo partido marxista-leninista, e o segundo, derivado do primeiro, se o PCdoB reconheceria o *pensamento de Mao Tsé-tung* como uma nova etapa do marxismo-leninismo. Como foi visto acima, o PCdoB, a despeito de incorporar as teses de Mao Tsé-tung, não somente resistia ao maoismo como também o refutou como uma terceira etapa, ao se restringir à fase leninista. Com relação ao partido "novo", esse foi um dos aspectos mais debatidos no interior da AP. O argumento que pairava na AP era de que o PCdoB teria surgido no mesmo ano da AP (1962), o que era refutado pela direção do PCdoB. Esse processo de incorporação da maioria da militância da AP (AP-ML, a partir de 1971) não foi repentino e gerou diversos debates e conflitos, o que gerou duas correntes: a da maioria, favorável à incorporação ao PCdoB e que acatava a concepção de uma formação social semifeudal e semicolonial, e a da minoria, que criticava essa incorporação, na defesa da formação de um novo partido, e enxergava na formação social brasileira uma predominância do modo de produção capitalista, ainda que com resquícios pré-capitalistas, e adotava as interpretações da teoria da dependência de Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra. Esse intenso debate interno durou quatro anos (1969-1973).

De acordo com a visão de Haroldo Lima e de Aldo Arantes, ex-dirigentes da AP que se integraram ao PCdoB, sobre a questão de definir se o PCdoB era ou não um partido novo para os integrantes da AP, durante a II Reunião Ampliada:

> O PCdoB teria, tanto quanto a AP, apenas sete anos de existência na época, donde se poderia deduzir relativa igualdade de experiência política e em razão do que se tornava mais problemática

> a análise do "polo principal" da unificação. [...] Se [a AP] reconhecesse que o PCdoB, com que afirmava ter unidade ideológica e política fundamental, era o mesmo partido da classe operária do Brasil fundado em 1922, consequentemente com perto de meio século de existência à época, então não poderia, à luz do princípio leninista do partido único da classe operária, deixar de reconhecer naquele partido o centro de aglutinação dos marxistas-leninistas do país (LIMA; ARANTES, 1984, p. 123).

Em 1971, a proposta de incorporação avançou, mas ainda sem se concretizar. Segundo Reginaldo Benedito Dias, em sua pesquisa sobre a AP,

> membros do Birô Político experimentaram aproximação crescente com o PCdoB. Na oitava reunião da CEP [Comissão Executiva Provisória], realizada em fins de 1970, ganhou corpo o entendimento de que, no processo de unificação das forças proletárias, a AP não devia ser o polo principal. A base deveria ser o PCdoB (DIAS, 2017, p. 99).

O PCdoB interveio nesse debate no final de 1971 com o documento "A proposta da Ação Popular". Nesse texto, o PCdoB refutou a necessidade da constituição de um novo partido, já que o PCdoB representaria, de fato, a organização marxista-leninista no Brasil. A questão para o PCdoB era: "Qual a necessidade de se formar um novo partido, em vez de fortalecer o PCdoB?". Para a direção do PCdoB, a reconstrução do partido em 1962 já teria representado a criação desse "novo partido", já que ele se confrontava com as posições "liquidacionistas e revisionistas" do PCB e defendia a linha revolucionária. De acordo com o PCdoB:

> Os comunistas sempre pensaram que os marxistas-leninistas deviam se unir no Partido Comunista do Brasil existente e que a AP poderia ter um importante papel a desempenhar na revolução brasileira se continuasse a ser uma organização democrática e revolucionária. [...] Os militantes e dirigentes da AP, já convencidos da justeza do marxismo-leninismo, devem convir que os interesses do proletariado e da revolução reclamam o fortalecimento do PC do Brasil para que ele se coloque à altura das exi-

> gências da revolução. De outro modo, só pode resultar sectarismo, enfraquecimento da causa. O processo de diferenciação e de reagrupamento das forças revolucionárias deve beneficiar, e não prejudicar o verdadeiro partido marxista-leninista de nosso país, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB, 1977, p. 123-125).

O debate interno travado na AP-ML sobre sua incorporação ou não no PCdoB culminaria em 1973, quando a maioria da militância e dos dirigentes optou por se incorporar no PCdoB com o documento "Incorporemo-nos ao PC do Brasil". A AP-ML ainda continuaria a existir depois dessa incorporação até a sua extinção, nos anos 1980, quando seus membros aderiram ao PT. Para o PCdoB, foi um de seus maiores trunfos políticos a incorporação dessa militância, pois o partido estava abalado com a forte repressão que se seguiu à deflagração da guerrilha do Araguaia, em 1972, a qual, além da eliminação dos guerrilheiros entre 1972 e 1974, atingiu também dirigentes e militantes do PCdoB que não estavam atuando diretamente na guerrilha. Nesse contexto, a AP-ML era mais numerosa do que o PCdoB e ocupou a metade do CC.

A relação com o PCCh e com o maoismo ainda perduraria até a primeira metade dos anos 1970, mas, com as modificações ocorridas na China depois de 1976, o PCdoB iria tomar novos rumos, que desembocariam na sua ruptura com a China. Veremos isso na seção seguinte.

3. A ruptura com a China e com o maoismo

No decorrer dos anos 1970, enquanto a China e Mao Tsé-tung eram cada vez menos citados nos documentos do PCdoB, esse espaço era cada vez mais ocupado pela Albânia e sua liderança máxima, Enver Hoxha. O ponto de virada se deu em meados de 1977, com a crítica à chamada "teoria dos três mundos" (ou "trimundismo") feita por João Amazonas e Nelson Levy (que pertencia ao CC do PCdoB). O desdobramento dessa crítica será a refutação da contribuição de Mao Tsé-tung ao marxismo, em 1978, e o estabelecimento de uma linha de demarcação para com o maoismo, negando-se que o PCdoB tivesse sido influenciado pelo maoismo, salvo o reconhecimento de sua influência (parcial) no documento "Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil".

Um artigo publicado pelo *Renmin Ribao* em novembro de 1977, "A teoria da diferenciação dos três mundos, é a maior contribuição do presidente Mao ao marxismo-leninismo" (CHAIRMAN..., s.d.), mas resultou numa sequência de rachas e afastamentos em relação à China por parte de diversas organizações maoistas no final dos anos 1970. A maioria dessas organizações se afastaram da influência do PCCh; muitas, como o PCdoB, o Partido Comunista Peruano (ML) e o Partido Comunista da Colômbia (ML), também rechaçaram o maoismo e se vincularam à Albânia. Outras, como o Partido Comunista do Peru (Sendero Luminoso), romperam com o PCCh, mas se mantiveram atrelados ao maoismo[9].

A chamada "teoria dos três mundos" teve como ponto de partida uma definição dada por Mao Tsé-tung numa entrevista em fevereiro de 1974 (MAO; SINGH, 2004), seguida do discurso de Deng Xiaoping na ONU em 10 de abril de 1974 (DENG, 2003). Mao e Deng definem como Primeiro Mundo as duas superpotências nucleares (EUA e URSS), como Segundo Mundo a Europa, Japão, Canadá e Austrália, e como Terceiro Mundo as colônias ou semicolônias, inclusive a própria China. Tanto Mao como Deng fizeram uma crítica visceral ao imperialismo e não propuseram uma aliança tácita com os EUA num confronto direto contra a URSS (embora o reatamento com os EUA já tivesse se iniciado em 1972).

O texto do *Renmin Ribao* (que não é de autoria de Mao Tsé-tung) estabelecia que os países do Terceiro Mundo e do Segundo Mundo deveriam se aliar aos EUA por serem estes uma potência imperialista "mais fraca", e isolar a URSS, potência "social-imperialista" mais forte militarmente do que os EUA. A justificativa de que essa "teoria dos três mundos" contribuiria para o desenvolvimento da luta do proletariado e representaria um avanço no marxismo-leninismo é um exercício hercúleo de argumentação. O que se percebe é que o PCCh pôs em primeiro plano os interesses nacionais da China no cenário internacional e abdicou da sua influência nos movimentos e organizações revolucionárias inspiradas na Revolução Chinesa e no maoismo. Tanto Amazonas como Levy, em seus textos, apontam essa contradição.

O livro de Levy *A crise do imperialismo e a revolução: análise crítica da teoria dos três mundos*, escrito em 1979, expressa bem essa oposição às teses do PCCh. Para Levy:

[9] No *site Marxists Internet Archive* (THE NEW..., s.d.), podemos ver o quanto esse debate repercutiu nas organizações marxistas-leninistas dos EUA, mobilizando-as.

> A teoria trimundista reparte as forças sociais e políticas segundo a atual repartição das riquezas do mundo. Daí resulta um enfoque socialmente indiscriminado das contradições em vigor na realidade contemporânea. As contradições de classe são reduzidas — obscurecidas mesmo — por uma oposição duvidosa entre nações pobres, ricas e super-ricas, que deveria ser resolvida em favor das duas primeiras e contra as últimas. Contudo, nas condições imediatas, segundo os teóricos trimundistas, ainda seria possível articular uma grande aliança entre todas as forças dos chamados terceiro e segundo mundos com o que seria a mais frágil das superpotências (os EUA) para obstar as pretensões expansionistas e belicistas do social-imperialismo soviético. [...] Logo, da necessidade de confundir uma ótica nacionalista com os interesses gerais da revolução mundial desabrocha essa grosseira mistificação que é a teoria dos três mundos. Teoria que, num passe de mágica, pretende que a adesão do PCCh ao bloco imperialista ocidental apareça como uma nova concepção estratégica do proletariado, ou seja, como uma readequação tática e estratégica "diante das necessidades impostas pelas mudanças que se operaram na situação internacional" (LEVY, 1980, p. 32-34).

Um texto de João Amazonas escrito em março de 1978, "A teoria dos três mundos: versão oportunista da luta de classe do proletariado", segue próximo os argumentos de Levy no tocante aos limites da teoria "trimundista", por se restringir esta aos interesses nacionais da formação social chinesa e não atribuir centralidade à luta de classes. Para Amazonas,

> a teoria dos três mundos constitui uma versão oportunista da luta de classe do proletariado, empulhação calculada que os neorrevisionistas — utilizando sofismas e distorções — procuram inculcar nas fileiras revolucionárias. Vem em ajuda do capitalismo afundado numa profunda crise de estrutura e superestrutura (AMAZONAS, 1981, p. 52).

Mais adiante, afirma:

> Ao invés de desmascaramento do caráter imperialista da guerra em preparação, pregam o nacionalismo exacerbado, a participação do proletariado e dos povos oprimidos, ao lado de seus verdugos, no conflito interimperialista; ao contrário da direção da classe operária, propugnam a direção da burguesia; ao revés da luta revolucionária, defendem a luta reformista. [...] Os teóricos dos três mundos não enxergam na arena mundial mais do que a rivalidade entre as duas superpotências, os preparativos de guerra aos quais subordinam os interesses vitais das massas (AMAZONAS, 1981, p. 68-70).

As duas críticas são convergentes a respeito da visão nacionalista do PCCh, que, ao elencar como determinante o confronto com a URSS e estabelecer uma aliança com os EUA, recuaria do papel, que vinha exercendo até então, de modelo alternativo ao soviético e de defesa dos movimentos de libertação nacional. A diferença é que Amazonas, ao contrário de Levy, associou o pensamento de Mao Tsé-tung à constituição da estratégia internacional da China por meio da chamada "teoria dos três mundos", e renegou completamente a influência do maoismo tanto no campo do marxismo como também no PCdoB. Em meio à crise do PCCh, iniciada depois da morte de Mao Tsé-tung, com o isolamento do grupo de Xangai e a emergência da corrente de Deng Xiaoping, com a constituição da estratégia nacionalista e de recuo da China por meio da chamada "teoria dos três mundos" e, por fim, com as reformas econômicas implementadas no final de 1978, o PCdoB e diversos partidos marxistas-leninistas firmaram relações com o Partido do Trabalho da Albânia (PTA) de Enver Hoxha depois do cisma sino-albanês no final dos anos 1970.

Amazonas incorporou boa parte da crítica que Hoxha (1980, p. 333-394) faz ao pensamento de Mao Tsé-tung: denega completamente a obra deste, que nunca teria sido um marxista de fato, desde os seus primeiros escritos. Mao deixa de ser o "maior marxista-leninista de nossos tempos" (PCdoB, 1974a, p. 98) e "líder do povo chinês e dos trabalhadores de todo o mundo" (PCdoB, 1974a, p. 191) para ser rotulado de "teórico do revisionismo chinês desde 1940" (AMAZONAS, 1981, p. 6) e acusado de "não ser um teórico marxista" (AMAZONAS,

1981, p. 8); de não ter "estudado seriamente o marxismo-leninismo na China" (AMAZONAS, 1981, p. 13); de dar peso excessivo à prática e nenhum à teoria (AMAZONAS, 1981, p. 12); de enfatizar a existência de três tendências no interior do Partido Comunista (AMAZONAS, 1981, p. 87); de falta de originalidade em suas teses dialéticas (AMAZONAS, 1981, p. 88); e de enfatizar a luta do movimento negro estadunidense na luta anti-imperialista (AMAZONAS, 1981, p. 88-89). Essa posição de Amazonas é reafirmada no livro de Lima e Arantes, que classificam o maoismo como "doutrina eclética" (LIMA; ARANTES, 1984, p. 150), e também no texto do PCdoB "Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária", de 1983, segundo o qual Mao "pretendeu generalizar o caminho revolucionário chinês para os povos da Ásia, África e América Latina, condensando-o na fórmula 'cerco das cidades a partir do campo'" (PCdoB, 2000, p. 326)[10].

Há contradições em relação ao que o PCdoB afirmou no passado e posteriormente refutou, subestimando a contribuição de Mao à teoria e à política marxista. Primeiramente, sobre o movimento negro estadunidense, o PCdoB defendia a posição de Mao por considerá-lo uma expressiva luta anti-imperialista, como podemos ver nesta passagem do texto "Preparar o partido para as grandes lutas", de 1968:

> A rebelião dos negros norte-americanos, que se estendeu a inúmeras regiões dos EUA, pôs em relevo o grande potencial revolucionário representado pelas massas negras, que não querem permanecer submetidas à opressão dos monopolistas ianques. Em sua própria cidadela, os imperialistas veem-se acuados. Os negros já não se limitam a reclamar certos direitos civis. Exigem sua completa emancipação. Apelam para a violência revolucionária em revide aos crimes e arbitrariedades dos monopolistas contra eles praticados. É uma luta de classes sem precedentes na história da América do Norte (PCdoB, 1974b, p. 72).

[10]Nelson Levy, de forma implícita, critica essa ruptura repentina do PCdoB: "Assimilado em bloco e acriticamente, ou no máximo com tênues e intuitivas reservas críticas (sempre embutidas em nome da unidade), o pensamento de Mao, na medida em que revela prováveis relações com o fracasso da edificação socialista na China, começa agora a ser negado tão assistematicamente quanto foi exaltado, sempre à margem de um espírito crítico e autocrítico científico." (LEVY, 1980a, p. 24)

Em segundo lugar, sobre a questão da guerra popular, o PCdoB também refutou a afirmação de que teria se inspirado totalmente nas teses de Mao. Não obstante o partido reconhecer que os ensinamentos de Mao sobre a guerra revolucionária teriam influenciado sua análise sobre a guerra popular no Brasil, a questão do "cerco das cidades a partir do campo" não teria sido aceita pelo PCdoB (2000, p. 326-327). Contudo, como visto na seção anterior, o interior do país, para o PCdoB em 1969, representava o "elo mais débil" da sociedade, ainda que o partido mantivesse ações nas áreas urbanas. Ademais, Mao, em seus textos militares, nunca propôs uma universalização da guerra prolongada popular chinesa envolvendo as demais formações sociais, sobretudo as de caráter colonial ou semicolonial. Ainda que haja princípios da guerra universais, devido a seu alto grau de abstração — guerras justas ou injustas, a guerra como um todo, a guerra revolucionária —, Mao Tsé-tung criticava a reprodução mecânica das experiências revolucionárias. A "universalização" dessas teses militares vem sim de Lin Biao, em seu panfleto "Viva a vitória da guerra popular", de setembro de 1965 (LIN, 2003). Conforme Mao escreveu em "Problemas estratégicos da guerra revolucionária na China", de 1936:

> Se se considera a guerra na sua natureza, a guerra revolucionária e a guerra contrarrevolucionária têm as suas particularidades, as leis que as regem também têm, por consequência, as suas próprias particularidades, não podendo, por isso, ser transpostas mecanicamente duma guerra para a outra. Se encararmos o lugar onde se desenrola a guerra, cada país, cada nação, e em particular um grande país, uma grande nação, tem as suas particularidades e, por consequência, as leis da guerra em cada país, em cada nação, têm também as suas particularidades, não podendo ser transpostas mecanicamente dum país para outro. Ao estudarmos as leis que regem guerras de caráter diferente, conduzidas por nações diferentes e em lugares e fases históricas diferentes, devemos fazer incidir a nossa atenção sobre as suas particularidades e evolução, lutando contra toda a concepção mecanicista na questão da guerra (MAO, 2011a, p. 300).

Em terceiro lugar, a falta de originalidade da concepção de dialética de Mao e a ênfase que ele dá à prática o classificariam como um empirista e pragmático,

na crítica de Amazonas (1981, p. 11). Essa crítica de Amazonas não procede se observarmos que Mao trata das contradições de modo complexo e não reducionista, de forma pluralista e não monista, não as derivando de uma contradição simples cuja essência estaria presente nas demais contradições. Mao aponta sim uma interdependência entre elas, mas não julga que tenham uma mesma origem. Como observa Márcio Bilharinho Naves:

> A concepção marxista da dialética, ao contrário, como surge da análise de Mao (e que Althusser retoma e desenvolve), considera a complexidade do real, das formações sociais, do processo histórico, de modo que as contradições nunca se apresentam na simplicidade de um princípio que exprimisse em si a essência de uma época, mas elas são sempre sobredeterminadas, ou seja, a contradição não tem uma existência "pura", sendo afetada por outras contradições (NAVES, 2005, p. 36).

Embora Mao enfatize o primado da prática social no campo do conhecimento, isso não o classificaria como empirista. Mao enfatiza a prática em oposição às concepções idealistas ou especulativas, já que o conhecimento provém das práticas, mas o conhecimento não se reduz a uma determinada prática. Para Mao Tsé-tung, em "Sobre a prática":

> A continuação da prática social implica a múltipla repetição de fenômenos que suscitam sensações e representações no homem. É então que se produz na consciência humana uma mutação súbita (um salto) no processo do conhecimento: o aparecimento dos conceitos. O conceito já não reflete mais os aspectos isolados, a sua ligação externa; ele capta a essência dos fenômenos, os fenômenos no seu conjunto, a ligação interna dos fenômenos. Entre o conceito e a sensação, a diferença não é somente quantitativa, ela é também qualitativa. O desenvolvimento que intervém ulteriormente nessa direção, o emprego dos métodos de juízo, de dedução, podem desembocar em conclusões lógicas (MAO, 2011a, p. 504).

Não obstante a prática ser determinante para o conhecimento, é o conceito que consegue, por meio da abstração, a captação do todo, já que a prática social trata de modo imediato os aspectos parciais. Segundo Marcio Bilharinho Naves:

> Permanecer no primeiro grau do conhecimento levaria ao empiricismo, a uma apreensão parcial e unilateral dos fenômenos. A elaboração conceitual permite ligar os elementos isolados e dispersos e apreender as suas relações internas, alcançando, desse modo, uma compreensão dos fenômenos "mais profunda, mais completa", como diz Lênin. Para que o movimento do conhecimento prossiga, é preciso que o conhecimento teórico, oriundo da prática, volte de novo à prática, produzindo um novo salto do conhecimento racional à prática revolucionária (NAVES, 2005, p. 32-33).

Outro equívoco de João Amazonas é o de afirmar que a dialética de Mao opera de modo repetitivo, apenas havendo deslocamento de posições, sem o "salto dialético" (AMAZONAS, 1981, p. 28). Com efeito, para Mao Tsé-tung não há a "negação da negação", e tampouco o "salto dialético", pois a relação dialética, para ele, está a par da oposição afirmação/negação. Ou seja, há para Mao uma ruptura, uma descontinuidade, daí não haver um "salto qualitativo". Trata-se de uma dialética de ruptura, e não conciliadora. Conforme Mao afirma em "Conversa sobre questões de filosofia", de agosto de 1964:

> Não existe a negação da negação. Afirmação, negação, afirmação, negação... No desenvolvimento das coisas, cada elo na cadeia de eventos é ao mesmo tempo afirmação e negação. [...] A sociedade capitalista era a negação em relação à sociedade feudal, mas é, por sua vez, a afirmação em relação à sociedade socialista. Qual é o método da síntese? É possível que a sociedade primitiva possa existir lado a lado com a sociedade escravista? Elas podem existir lado a lado, mas isso é apenas uma pequena parte do todo. O quadro total é que a sociedade primitiva vai ser eliminada. [...] Numa palavra, uma devora a outra, uma derruba a outra, uma classe é eliminada, outra aparece. Naturalmente, no processo de

> desenvolvimento nada é tão puro. [...] Um coisa destrói a outra, coisas aparecem, se desenvolvem e são destruídas, tudo é assim. Se as coisas não são destruídas por outras, então elas mesmas se destroem. [...] A vida da dialética é o movimento contínuo em direção aos contrários (MAO; ŽIŽEK, 2008, p. 225-227).

O mesmo argumento sobre a dialética destruidora em oposição à dialética conciliadora foi utilizado por Bettelheim numa resposta a Rossana Rossanda, ao afirmar que

> a negação que ela inicia é uma falsa negação, uma negação que não é a destruição daquilo que é negado, mas conservação no seio de uma síntese "nova". Por isso, esta dialética é idealista e tende a fechar ao proletariado a via da destruição da burguesia e do capitalismo. De fato, por um capricho, na concepção hegeliana da "negação da negação" é a própria negação que é negada (BETTELHEIM, 1971, p. 80).

Há numa passagem do livro de Amazonas uma tensão diante da negação da contribuição de Mao Tsé-tung às teses defendidas pelo PCdoB nos anos 1960 e da necessidade de romper com essa influência ante o quadro que se formou na ruptura sino-albanesa, no qual o PCdoB se aliou ao PTA na esfera internacional. Amazonas reconhece, de fato, essa esfera de influência quando, no período da Revolução Cultural, Mao era apresentado como o maior marxista-leninista da atualidade. Nas palavras de Amazonas: "Todos falavam assim, e nós também. Deixamo-nos arrastar pela onda da propaganda chinesa sem maior espírito crítico. Em parte, porque também assim acreditávamos, não obstante as reservas que fazíamos." (AMAZONAS, 1981, p. 108)

Entretanto, outra guinada com relação ao PCCh aconteceria nos anos 1990. Veremos isso na próxima seção.

4. Reatamento com o PCCh e defesa do socialismo com características chinesas

A crise que atingiu as formações sociais socialistas em 1989 e 1990 afetou diretamente as organizações comunistas, e o PCdoB reformulou as suas relações no campo internacional, o que teve como marco o seu 8º Congresso, realizado em 1992. Esse congresso certamente foi o mais importante de sua história e deu as diretrizes que estão presentes até os dias de hoje nas relações que o PCdoB estabeleceu com os partidos comunistas de outras formações sociais.

O texto central do congresso foi o "Informe político ao VIII Congresso", de João Amazonas. Chama a atenção o emprego da categoria *Terceiro Mundo*, que aparece seis vezes ao longo do texto. O termo *Terceiro Mundo* nesse documento não corresponde à acepção que o PCCh deu a ele nos anos 1970, mas sim à mais empregada usualmente no campo da esquerda originário do Ocidente, e bastante difundida por intelectuais de esquerda como Frantz Fanon, Hernandez Arrégui, Samir Amin e Vieira Pinto, entre outros. É, com efeito, um sinal de mudança, pois o PCdoB convergia (embora não explicitasse isso) para as definições que Nkrumah e Debray deram a essa categoria devido a sua abrangência e imprecisão quanto ao sistema político e econômico adotado. Nesse aspecto, o PCdoB se aproxima sim do "terceiro-mundismo" propagado por Fanon, Arrégui e Amin, por ser uma concepção ideológica que projeta nas lutas de libertação nacional e na luta anti-imperialista a construção de um projeto socialista.

Outro elemento a ser destacado no texto de Amazonas é o afastamento relativo do legado de Stálin no PCdoB. O PCdoB manteve-se firme em sua crítica no tocante à virada política do XX Congresso do PCUS promovida por Kruschev. Também reconheceu os méritos de Stálin na manutenção do processo de transição, pelas transformações estruturais e o confronto com o nazifascismo. Todavia, houve o reconhecimento de suas falhas, isto é, o problema dos desvios soviéticos já não se reduzia apenas às mudanças ocorridas depois de 1956. De acordo com Amazonas,

> Stálin, como principal dirigente do PCUS e teórico marxista-leninista, tem responsabilidade no desastre sucedido com o socialismo na URSS. [...] Particularmente no fim da vida, exagerou seu papel de dirigente máximo. Caiu no subjetivismo e, de certo modo, no voluntarismo. Permitiu o culto à sua personali-

> dade que conduzia à subestimação do partido enquanto organização de vanguarda. [...] Stálin não deu atenção suficiente, em especial, a partir da década de 40, à formação leninista e à luta de ideológica, problemas-chaves da luta de classes. Criou o fetiche da direção que tudo sabe e tudo resolve, direção que se reduzia ao Birô Político, e dentro do Birô, a ele próprio. [...] Conduziu a repressões continuadas e possivelmente desnecessárias, com repercussão negativa na credibilidade do regime. Dificultou o fortalecimento da legalidade democrática e socialista, indispensável à consolidação do sistema da ditadura do proletariado. [...] Ele não é o responsável direto, imediato. Mas influiu, indiretamente, com suas posições equivocadas e com o estancamento teórico, no desfecho da contenda antissocialista (AMAZONAS, 1992, p. 47-49).

Outra grande reviravolta do PCdoB foi o reconhecimento da transição socialista nas formações sociais com as quais o partido tinha rompido, ou que não havia reconhecido, quando estava atrelado às diretrizes albanesas. O PCdoB reconheceu o momento defensivo por que passavam as organizações comunistas e, com o fim do socialismo da Albânia, buscou ampliar o seu eixo de relações com os principais PCs em atividade ligados em maior ou menor grau ao PCUS, além de reconhecer o papel do PCCh. E com o fim do PCB em 1992, quando virou PPS (Partido Popular Socialista, inicialmente de tendência social-democrata, que agora, sob nova legenda, Cidadania, pactua com posições da centro-direita brasileira), o PCdoB ocupou esse espaço central, tornando-se a principal organização comunista brasileira no plano nacional e internacional.

Essa posição do PCdoB firmada por Amazonas fica explícita nesta passagem:

> As forças de vanguarda resistem, em condições muito difíceis. Fomos duramente atingidos. Mesmo antigas referências da luta antirrevisionista, como o PTA, capitularam, mudaram de campo. Todavia, alguns países onde a revolução triunfou, como Cuba, Vietnã, Coreia do Norte e China Popular, mantêm-se decididos a levar adiante a causa que defendem. Os partidos marxistas-leninistas, antirrevisionistas, prosseguem no esforço orientado para

> a reorganização das forças revolucionárias. E há entre os partidos que haviam adotado o revisionismo do PCUS um empenho salutar visando reorientar suas posições político-ideológicas (AMAZONAS, 1992, p. 35).

Não houve por parte do PCdoB nenhum documento oficial em que se reconhecesse o mérito de Mao Tsé-tung, ou mesmo uma autocrítica a respeito da rejeição a seu pensamento durante o período de ruptura. Contudo, de modo implícito, isso ocorreu por parte de um dos seus principais dirigentes, Haroldo Lima, no conjunto de textos do livro organizado por ele, *China: 50 anos de república popular*, de 1999, contando também com artigos escritos por Duarte Pereira e Severino Cabral. Esse livro tem importância pelo fato de o PCdoB reconhecer na China Popular a principal referência de formação social socialista na atual conjuntura. O PCdoB internalizou a visão do PCCh constituída a partir de 1978 e a contribuição de Deng Xiaoping no processo de transição socialista na formação social chinesa. Para Lima, a China em 1999 era o grande laboratório prático do socialismo no mundo, com uma incrível marca de crescimento econômico desde os anos 1980, além de ser a única potência que polarizava com os EUA (LIMA, 1999, p. 7-9). Lima, nesse livro, defende as peculiaridades da formação social chinesa em sua fase de transição (e não mais de uma formação social capitalista e "social-imperialista", como era classificada no contexto de ruptura)[11].

A Revolução Cultural não é mais defendida, nem mesmo renegada, como anteriormente fora, mas Lima incorpora o discurso oficial do PCCh em sua crítica aos excessos e esquerdismos presentes durante esse período. Também reproduz o discurso oficial do PCCh no que diz respeito à luta de classes nessa fase inicial da transição. Como ele mesmo afirma, "a luta de classes existente durante a construção socialista pode até radicalizar-se em determinados momentos, mas, salvo nessa hipótese, não é a tarefa central a ser perseguida" (LIMA, 1999, p. 35).

Lima dedica um capítulo do livro a Mao Tsé-tung. Trata-se de uma síntese do livro *Breve história do Partido Comunista Chinês*, sobre a responsabilidade do PCCh. O texto reproduz fidedignamente a posição do PCCh desde 1978 a

[11] Atualmente, no Brasil, a principal defesa acadêmica da transição chinesa e do socialismo de mercado tem sido feita nos trabalhos de Elias Jabbour, professor de Economia da Uerj e membro do CC do PCdoB. Seus principais trabalhos sobre a China pós-1978 são *China hoje: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado* (2012), *China: socialismo e desenvolvimento, sete décadas depois* (2020) e *China: o socialismo do século XXI* (2021, em parceria com Alberto Gabrieli).

respeito de Mao Tsé-tung. Mao é reconhecido como a principal liderança da Revolução Chinesa e personagem histórico da China Popular, além de o seu pensamento ser considerado a principal referência, ao lado de Marx, Engels e Lênin, para o PCCh. Mas Mao não estava isento de erros, e Lima cita em seu texto a visão crítica do PCCh em face da política do Grande Salto e da Revolução Cultural Chinesa. Mao não é mais tachado de "revisionista" ou acusado de ter distorcido o marxismo-leninismo, mas sim tido como o grande líder, a despeito de ter cometido desvios "esquerdistas" durante a sua liderança. Nesse aspecto, o PCdoB retomou os passos dados durante os anos 1960, quando incorporou a visão do PCCh. Se antes o tom era dado pela ala esquerdista do PCCh, na atualidade o tom incorporado é da ala centrista do PCCh. Portanto, se o maoismo era central no discurso e na estratégia do PCdoB nos anos 1960 e 1970, desde o final dos anos 1990 a concepção do socialismo de mercado tem sido a principal referência do PCdoB e o motivo central de sua afinidade com o PCCh.

A partir desse conjunto de intervenções nos documentos e textos do PCdoB, podemos perceber que o primado das relações com a China para o PCdoB não estava relacionado ao maoismo, ainda que este tivesse sido absorvido em vários aspectos políticos e teóricos nos anos 1960 e 1970, mas sim às diretrizes básicas do PCCh — salvo no contexto da ruptura — , tanto na fase em que Mao e Chu En-Lai estavam à frente do partido como na fase dirigida por Deng, seguido de Jiang Zemin e Xi Jinping, que vem cimentando as relações entre os dois partidos comunistas.

5. Conclusão

Vimos ao longo deste trabalho a relação complexa entre o PCdoB e o PCCh, marcada por idas e vindas, continuidade e ruptura. O PCdoB, com efeito, nunca se apresentou como um partido maoista *stricto sensu*, mas é inegável a absorção e a influência do pensamento de Mao no seu programa e estratégia política nos anos 1960. E isso resultava em o PCdoB ser reconhecido pelas demais organizações como um partido de "linha chinesa" e "maoista". Com as alterações de ordem interna e externa na China nos anos 1970, o PCdoB optou por se manter ao lado da Albânia. Com a crise do socialismo do Leste Europeu e com a derrocada do PTA, o PCdoB, numa concepção realista da política, se voltou aos par-

tidos comunistas com os quais não tinha relações, restabeleceu laços com os PCs com os quais tinha rompido, como o PC cubano e, em especial, o PC chinês, com o qual voltou a estreitar laços de amizade. E, certamente, essa foi uma estratégia bem-sucedida do PCdoB, haja vista que, desde a sua reorganização, em 1962, a busca de laços externos com outros PCs, especialmente com as formações sociais socialistas, sempre foi um dos seus escopos principais. E o reatamento com a China nos anos 1990 e a defesa da transição socialista chinesa vão ao encontro daquilo que o PCdoB defendeu nos anos 1960, já que o primado sempre foi a relação com o PCCh e com o programa de transição, e não com o maoismo *stricto sensu*, já que o próprio maoismo extrapola os limites do PCCh, visto que é ainda uma referência para outras organizações comunistas contrárias à transição chinesa implementada por Deng desde 1978. Isso significa afirmar que a relação do PCdoB com o PCCh tinha, e tem atualmente como primado uma relação política no plano internacional, e não a adoção mecânica das diretrizes políticas internas do PCCh, pois, assim como no passado, o PCdoB absorveu o maoismo, mas sem seguir estritamente o PCCh quando o pensamento de Mao Tsé-tung foi definido como a terceira etapa do marxismo-leninismo. Atualmente o PCCh se define pela "tríplice representatividade" do marxismo-leninismo, do pensamento de Mao Tsé-tung e da teoria de Deng Xiaoping (XI, 2014, p. 492), enquanto o PCdoB continua se firmando no marxismo-leninismo, mas buscando um caminho próprio para a construção do socialismo na formação social brasileira.

RECEBIDO em 18/10/2022
APROVADO em 26/11/2022

Referências bibliográficas

AMAZONAS, João. Informe político. In: PCdoB. **O socialismo vive**: documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). São Paulo: Anita Garibaldi, 1992. p. 13-62.

_____. **O revisionismo chinês de Mao Tsé-tung**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1981.

_____; GRABOIS, Maurício. A atualidade das ideias de Lênin. In: PCdoB. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 135-146.

BETTELHEIM, Charles. Carta sobre o marxismo de Mao Tsé-Tung. In: MAO, Tsé-tung. **5 teses filosóficas**. São Paulo: Ciências Revolucionárias, 2019. p. 31-38.

BUONICORE, Augusto César. 1948-1958: a política de união nacional — reorganização na Conferência da Mantiqueira. In: RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (Org.). **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2010. p. 83-94.

_____. **Meu verbo é lutar**: a vida e o pensamento de João Amazonas. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2012.

CHAIRMAN Mao's theory of the differentiation of the three worlds is a major contribution to Marxism-Leninism. **Marxists Internet Archive**, [s.d.]. Disponível em: <www.marxists.org/history/erol/ncm-5/theory-3-worlds/index.htm>. Acesso em: 27 ago. 2022.

DENG, Xiaoping. Speech by chairman of the delegation of the People's Republic of China, Deng Xiaoping, at the Special Session of the U.N. General Assembly. **Marxists Internet Archive**, 2003. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1974/04/10.htm>. Acesso em: 27 agosto. 2022.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Histórias da AP**: estudos sobre as disputas pelos sentidos da história da Ação Popular (AP). Curitiba: Prismas, 2017.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira — das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRABOIS, Maurício. Duas concepções, duas orientações políticas. In: PCdoB. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 13-22.

HOXHA, Enver. **O imperialismo e a revolução**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1980.

LEVY, Nelson. **A crise do imperialismo e a revolução**: análise crítica da teoria dos três mundos. São Paulo: Brasil Debates, 1980a.

_____. PCdoB, continuidade e ruptura. **Teoria & Política**, São Paulo, n. 1, p. 22-59, 1980b.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular**: da JUC ao PCdoB. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LIN, Biao. Long live the victory of people's war!: in commemoration of the 20th anniversary of victory in the Chinese people's war of resistance against Japan. **Marxists Internet Archive**, 2003. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/lin-biao/1965/09/peoples_war/index.htm>. Acesso em: 17 abr. 2022.

_____ et al. **China**: 50 anos de república popular. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

MAO, Tsé-tung. Conversa sobre questões de filosofia. In: MAO, Tsé-tung; ŽIŽEK, Slavoj. **Sobre a prática e a contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 207-230.

_____**. Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 2011a. v. 1.

_____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 2011b. v. 2.

_____; SINGH, Vijay. **On the question of the differentiation of the three worlds** (February 22, 1974). **Revolutionary Democracy**, v. 10, n. 1, April 2004. Disponível em: <www.revolutionarydemocracy.org/rdv10n1/mao.htm>. Acesso em: 16 abr. 2022.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Mao, o processo da revolução**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PCCh. **A carta chinesa**. Belo Horizonte: Terra, 2003.

PCdoB. **A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)**. Lisboa: Maria da Fonte, 1974a.

_____. **Cinquenta anos de luta**. Lisboa: Maria da Fonte, 1975.

_____. Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária. In: PCdoB. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 309-342.

_____. **Guerra popular**: caminho da luta armada no Brasil. Lisboa: Maria da Fonte, 1974b.

_____. **Política e revolucionarização do partido**. Lisboa: Maria da Fonte, 1977.

POMAR, Pedro. Grandes êxitos da Revolução Cultural. In: POMAR, Wladimir et al. **Pedro Pomar**. São Paulo: Brasil Debates, 1980. p. 154-168.

POMAR, Wladimir. **Araguaia, o partido e a guerrilha**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

REIS, Daniel Aarão. O maoismo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: MORAES, João Quartim; REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007. v. 1, p. 161-198.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: _____; REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007. v. 5, p. 227-302.

RUY, José Carlos. Da reorganização de 1962 à guerrilha do Araguaia. In: RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (Org.). **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2010. p. 95-130.

SALES, Jean Rodrigues. **Entre a revolução e a institucionalização**: uma história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). São Paulo: Edusp, 2020.

SILVA, Antonio Ozai da. **História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)**. [S.l.]: Ed. do autor, [s.d.].

THE NEW communist movement: crises, splits and more new parties, 1977-1980. **Marxists Internet Archive**, [s.d.]. Disponível em: <www.marxists.org/history/erol/ncm-5/index.htm>. Acesso em: 28 ago.. 2022.

XI, Jinping. **A governança da China**. Beijing: Editora de Línguas Estrangeiras, 2014.